

## **BRQ Soluções em Informática S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

A BRQ Soluções em Informática S.A. ("BRQ" ou "Companhia" também denominada como "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sua sede na Av. Copacabana, nº 238, conjunto 2.003, Empresarial 18 do Forte, Barueri - São Paulo, com filiais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Recife e Nova York.

Embora a Companhia seja de capital aberto, não há título público emitido e negociado em mercado aberto.

A Companhia tem como principais atividades:

i) Desenvolvimento de aplicações e integrações

- Prestação de serviços na área de informática;
- Elaboração de programas de computador;
- Análise e desenvolvimento de sistemas;
- Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de dados;
- Assessoria e consultoria em informática;
- Venda de software;
- Atividades relacionadas à segurança em informática; e
- Treinamento.

A Companhia pode atuar no país ou no exterior, diretamente, através de subsidiárias, ou por intermédio de participação no capital de outras sociedades.

Em dezembro de 2019, a Companhia, baseada na sua estratégia de crescimento e foco na expansão da venda de softwares proprietários, criou duas novas empresas para comercialização dos seus produtos Inspeção 360 e Atend, vide mais informações na Nota 11.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2020.

## 2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual é assim resumida:

Razão social	% de participação	
	2019	2018
BRQ IT Services, Inc. (i)	100%	100%
Thinkinternational LLC (Investimento indireto)	80%	80%

(i) BRQ IT Services, Inc. - em abril de 2008, a Companhia constituiu a BRQ IT Services Inc., localizada nos Estados Unidos, pelo montante de US\$150 (vide Nota 11).

## 3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

### a) Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

### **3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

- a) Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC--Continuação

#### *Demonstração do valor adicionado*

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBT TG - 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

- b) Base de preparação e apresentação

#### *Segmento de negócios*

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo desenvolvimento de aplicações e integrações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

- c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, e, quando necessário, os julgamentos e estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente no curso ordinário dos seus negócios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente.

### 3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas a seguir:

##### *Provisão esperada de crédito*

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na Nota Explicativa nº 4.g.ii.

##### *Tributos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

##### *Vida útil dos bens do imobilizado*

Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor prazo entre a sua vida útil-econômica estimada.

##### *Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio*

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil do ágio registrado utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa avaliada foi a controlada Think International.

### 3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio*--Continuação

As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de três anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

A Companhia não aplicou taxa de crescimento para extrapolar as projeções realizadas em 31 de dezembro de 2019. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por uma taxa de desconto de 6,33% a.a.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas: foi considerada a projeção de crescimento da Companhia para o período de 2020 a 2022 com base no crescimento na oferta de serviços em novos clientes.
- Custo do serviço prestado/despesas gerais e administrativas: foram projetados com base no desempenho histórico.
- Investimentos de capital: foram estimados considerando a atual infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, baseada no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

### 3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Provisão para perdas com causas judiciais*

A Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, anualmente.

##### *Pagamento baseado em ações*

O critério referente a determinação da estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações está descrito na Nota Explicativa nº 4.m.

#### d) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais estão incluídas na Nota 26.

#### **4. Principais políticas contábeis**

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e 2018. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

#### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

##### **b) Classificação circulante versus não circulante**

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes, incluindo os ativos fiscais diferidos.

Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

##### **c) Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### ***Prestação de serviços***

O Grupo reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. As demais receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possam ser mensuradas de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.



## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### c) Reconhecimento de receita--Continuação

#### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### d) Impostos

#### *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### *Impostos diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### d) Impostos--Continuação

###### *Impostos diferidos*--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

##### e) Imobilizado

Itens do imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

##### *Custos de pesquisa e desenvolvimento*

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

#### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

##### **f) Ativos intangíveis--Continuação**

###### ***Custos de pesquisa e desenvolvimento--Continuação***

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

##### **g) Instrumentos financeiros**

###### **i) *Ativos financeiros***

###### ***Reconhecimento inicial e mensuração***

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### g) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumento de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

###### Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### g) Instrumentos financeiros--Continuação

#### i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Mensuração subsequente--Continuação

##### Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, depósitos vinculados e outros ativos financeiros.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

O Grupo avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### g) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de patrimônio)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

##### g) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.



## 4. Principais políticas contábeis--Continuação

### g) Instrumentos financeiros--Continuação

#### ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

#### iii) *Passivos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos .

##### Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Passivos financeiros--Continuação*

*Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

h) Estoques de serviços

Os estoques de serviços são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

k) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

l) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

##### **l) Provisões--Continuação**

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### **m) Transações envolvendo pagamento em ações**

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em despesas de pessoal e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga.

#### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

m) Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis.

n) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

*Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

*Empresas do Grupo*

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. O ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 é tratado como ativo da controlada no exterior e convertido na data do fechamento.

#### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

p) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

*CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil*

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional (IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

A Companhia efetuou a revisão dos seus contratos de arrendamento e, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida ativos de direito de uso em 31 de dezembro o montante é de R\$4.831.

#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019--Continuação

*CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação*

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais consolidados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2019, afetado pela nova norma:

	Demonstrações financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impacto referente a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações financeiras em 01/01/2019
Ativo			
Ativo circulante	158.337	-	158.337
Ativo de direito de uso	7.777	6.570	14.348
Outros ativos não circulantes	19.412	-	19.412
Ativo não circulante	27.189	6.570	33.760
Total do ativo	185.526	6.570	192.097
Passivo			
Passivos de arrendamento	-	1.725	1.725
Outros passivos circulantes	73.650	-	73.650
Passivo circulante	73.650	1.725	75.375
Passivos de arrendamento	-	4.845	4.846
Outros passivos não circulantes	21.580	-	21.580
Passivo não circulante	21.580	4.845	26.426
Patrimônio líquido	90.296	-	90.296
Total do passivo	185.526	6.570	192.097



#### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019--Continuação

*CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação*

	Demonstrações financeiras em 31/12/2019	Impacto referente a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações financeiras em 31/12/2019 sem efeito das referidas normas
Receita líquida de vendas e serviços prestados	357.715	-	357.715
Custos das vendas e dos serviços prestados	(261.936)	-	(261.936)
Lucro bruto	95.779	-	95.779
(Despesas)/receitas operacionais	(60.885)	(46)	(60.931)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	34.894	(46)	34.848
Resultado financeiro	706	384	1.089
Resultado antes dos impostos	35.600	338	35.937
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(11.572)	115	(11.457)
Lucro líquido do exercício	24.028	453	24.480

#### ICPC 22/IFRIC 23 - "Incertezas sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro"

*ICPC 22/IFRIC 23* - "Incertezas sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro" - esta Interpretação, que tem por base a IFRIC 23, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na adoção dessa norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	3	4	3	4
Bancos conta movimento	739	2.483	8.936	8.416
Aplicações financeiras de curto prazo	64.437	59.763	64.437	59.763
	65.179	62.250	73.376	68.183

Correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99% a 105%. As aplicações automáticas de saldos de conta corrente também são remuneradas ao percentual de 67,5% a 70% da variação do CDI.

A Companhia não possui ativos financeiros desconhecidos e operações com derivativos.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 26.

## 6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Duplicatas a receber	34.218	32.369	42.078	38.428
Valores a faturar (i)	34.996	36.335	34.996	36.335
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(391)	(391)	(391)	(391)
	68.823	68.313	76.683	74.372

(i) O valor referente a "Valores a faturar" corresponde a serviços que já haviam sido prestados até 31 de dezembro de 2019, mas que ainda não haviam sido faturados no encerramento dos respectivos exercícios.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na avaliação de risco de crédito efetuada pela Companhia, esta perda esperada considera o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia não possui histórico recente de perda, exceto pelos valores provisionados.

## 6. Contas a receber--Continuação

Não houve movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os saldos de duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão segregados de acordo com as seguintes faixas de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	<b>30.818</b>	27.957	<b>38.678</b>	34.016
Vencidos até 30 dias	<b>2.693</b>	3.955	<b>2.693</b>	3.955
Vencidos de 31 a 180 dias	<b>316</b>	64	<b>316</b>	64
Vencidos há mais de 180 dias	<b>391</b>	393	<b>391</b>	393
	<b>34.218</b>	32.369	<b>42.078</b>	38.428

## 7. Estoques de serviços em andamento (controladora e consolidado)

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 referem-se a gastos iniciais com aquisição de serviços de suporte técnico da IBM, destinados à revenda. Estes gastos são incorridos a medida em que são firmados os contratos de venda dos referidos serviços. Com base nos contratos vigentes, uma parcela deste estoque se realizará nos 12 meses após o encerramento dos referidos exercícios (R\$2.767 e R\$2.551 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente), e o saldo remanescente (R\$728 e R\$1.380 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente) após os 12 meses, classificado como ativo não circulante.

## 8. Impostos a recuperar e diferidos

### a) Impostos a recuperar

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo negativo de IR e CS (i)	<b>4.356</b>	3.511
PIS e COFINS a recuperar	<b>657</b>	387
INSS a compensar	<b>227</b>	202
Outros impostos a compensar	<b>277</b>	381
	<b>5.517</b>	4.341

(i) Refere-se às retenções de tributos sobre aplicações financeiras e serviços prestados a terceiros, que serão compensados com futuros débitos fiscais de mesma natureza.

### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Depreciação fiscal	<b>186</b>	207
Provisão para pagamentos	<b>986</b>	1.217
Provisão trabalhista	<b>817</b>	520
Provisão para devedores duvidosos	<b>133</b>	133
Arrendamento mercantil	<b>(88)</b>	(13)
Outras provisões	<b>234</b>	103
	<b>2.268</b>	2.167

## 9. Outros ativos financeiros

Controladora e Consolidado				
	Taxa	Vencimento	2019	2018
Jobecam	0,5% a.m.	28/02/2023	210	-
IU APP	12% a.a.	01/12/2022	926	266
Zen Finance	CDI 100% a.a.	19/07/2023	1.536	-
BBNK	6% a.a.+IPCA	10/10/2023	5.043	-
			<b>7.715</b>	266

- (i) Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia assinou um Instrumento Particular com a Jobecam, no valor total de R\$200 cujo desembolso ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2019.

O saldo é acrescido de juros de 0,5% a.m. tendo seu vencimento em 60 meses contados da data da disponibilização do valor à Jobecam.

A Companhia possui o direito, de converter o valor total em participação societária na Jobecam, correspondendo a 5% do seu capital social total, sendo que essa porcentagem pode ser acrescida em até 12,4% conforme previsto no contrato firmado entre as partes.

- (ii) Em 1º de dezembro de 2018, a Companhia assinou um Instrumento Particular, com a IU APP Ltda. ("IU APP"), no valor total de R\$790. O desembolso foi realizado em três parcelas no montante de R\$263, sendo a primeira disponibilizada em 28 de dezembro de 2018, a segunda parcela em 08 de março de 2019 e a terceira em 19 de junho de 2019.

O valor é acrescido de juros de 12% a.a. tendo seu vencimento em 48 meses contados da data da disponibilização da primeira parcela do montante.

A Companhia possui o direito de converter o valor total em participação societária na IU correspondendo a 15% do seu capital social total sendo que essa porcentagem pode ser aumentada em mais 7% conforme previsto no contrato firmado entre as partes.

- (iii) Em 19 de julho de 2019, a Companhia assinou um Instrumento Particular, com a Zen Finance Ltda. ("Zen Finance"), no valor total de R\$1.500. O valor do mútuo é acrescido de juros calculados pelo CDI diário com vencimento em 19 de julho de 2023.

A Companhia possui o direito, de converter o valor total em participação societária na Zen Finance correspondendo ao mínimo de 3,125% do seu capital social total.

## 9. Outros ativos financeiros--Continuação

- (iv) Em 20 de setembro de 2019, a Companhia assinou um Instrumento Particular, com a BBNK soluções tecnológicas S.A. ("BBNK"), no valor total de R\$5.000. O valor é acrescido de juros de 6% a.a. + IPCA.

A Companhia possui o direito, de converter o valor total em participação societária no BBNK em ações preferencias classe "A".

O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é R\$7.715 (R\$266 em 31 de dezembro de 2018), classificado no ativo não circulante.

## 10. Transações com partes relacionadas

### a) Contas a receber

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e profissionais-chave da Administração.

As transações com partes relacionadas estão representadas como segue:

#### *Contas a receber*

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Think Internacional	622	320	-	-
BNDES	79	550	79	550
	701	870	79	550

O saldo de contas a receber da controlada Think International refere-se à prestação de serviços efetuados pela Companhia para essa controlada e possui prazo médio de recebimento de 30 dias. O saldo é denominado em dólares estadunidenses e está sujeito à variação cambial.

## 10. Transações com partes relacionadas--Continuação

### a) Contas a receber--Continuação

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é controlador da BNDESPAR Participações S.A., que detém 23% de participação na Companhia. O saldo a receber do BNDES refere-se à prestação de serviços de informática.

### b) Empréstimos

Os empréstimos a pagar com partes relacionadas estão representadas como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Taxa efetiva	Vencimento	2019	2018
BNDES	TJLP +1,5% a.a.	Ago-2019	-	1.238
BNDES	TJLP +1,7% a.a.	Ago-2021	8.242	13.146
(-) Custo de transação			(356)	(352)
			<b>7.886</b>	<b>14.032</b>
Circulante			<b>4.676</b>	6.008
Não circulante			<b>3.210</b>	8.024

Os empréstimos da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	2019	2018	2019	2018
Até um ano	<b>4.676</b>	6.008	<b>4.833</b>	8.099
Acima de um ano e até dois anos	<b>3.210</b>	4.869	<b>3.242</b>	7.028
Acima de dois anos e até cinco anos	-	3.155	-	8.852
	<b>7.886</b>	<b>14.032</b>	<b>8.075</b>	<b>23.979</b>

## 10. Transações com partes relacionadas--Continuação

### b) Empréstimos--Continuação

A movimentação dos empréstimos da Companhia está apresentada como segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	<b>14.032</b>	21.037
Custo de transação	<b>(307)</b>	(441)
Encargos	<b>1.171</b>	1.537
Amortizações e pagamentos de juros	<b>(7.010)</b>	(8.101)
Saldo final	<b>7.886</b>	14.032

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES são destinados a investimentos em infraestrutura, equipamentos nacionais, pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização e em sistemas administrativos e gerenciais no âmbito do Programa Prosoft, e não possuem cláusulas restritivas (*covenants*). Em agosto de 2019, o empréstimo (Prosoft 1) foi integralmente liquidado.

Em 17 de julho de 2015 foi firmado um contrato entre a Companhia e o BNDES relativo à aprovação de um crédito no valor de R\$18.790. Em 11 de dezembro de 2015, a Companhia contratou Carta Fiança junto ao Banco Bradesco necessária à liberação do referido recurso. Esta fiança possui um custo de 2,5% ao ano referente à taxa de comissão e requer da Companhia uma garantia real de 30% do valor do crédito através de aplicação financeira em papéis de operações compromissadas lastreadas em debêntures. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 este depósito vinculado totaliza R\$4.931 e R\$4.696, respectivamente.

### c) Outras informações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a receita com prestação de serviços para essas partes relacionadas foi a seguinte:

<b>Receita de serviços</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
BNDES	<b>4.853</b>	7.417	<b>4.853</b>	7.417
Think Internacional	<b>5.334</b>	3.490	-	-
	<b>10.187</b>	10.907	<b>4.853</b>	7.417



## 10. Transações com partes relacionadas--Continuação

### d) Honorários da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram de R\$3.203 e R\$2.376, respectivamente.

## 11. Investimentos

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

### a) Detalhes sobre controladas

Nome da Controlada	Tipo	Investimento da Companhia		Atividades investidas	Constituição e operação
		2019	2018		
BRQ IT Services, Inc.	Direto	100%	100%	Holding	Estados Unidos
Think International, LLC	Indireto	80%	80%	Soluções em informática	Estados Unidos

### b) Informações das controladas

Controlada	Patrimônio líquido		Participação (%)	Resultado do exercício		Total do investimento		Equivalência patrimonial	
	Controladores	Não controladores		Controladores	Não controladores	2019	2018	2019	2018
BRQ IT Services, Inc.	15.734	1.098	100%	2.215	873	15.734	13.321	2.216	1.613

### c) Movimentação dos investimentos

	BRQ IT Services, Inc.	Outros investimentos	Total
<b>Investimentos em 31 de dezembro de 2017</b>	9.518	-	9.518
Resultado de equivalência patrimonial	1.616	-	1.616
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.787	-	1.787
Reclassificação do ativo disponível para venda	-	400	400
<b>Investimentos em 31 de dezembro de 2018</b>	12.921	400	13.321
Resultado de equivalência patrimonial	2.216	-	2.216
Variação cambial sobre investimento no exterior	597	-	597
Alienação de investimentos (c.1)	-	(400)	(400)
<b>Investimentos em 31 de dezembro de 2019</b>	15.734	-	15.734

(c.1) Em fevereiro de 2014, a Companhia adquiriu 8,16% da XACT Tecnologia ("XACT") por R\$400, com o objetivo de usar a inteligência da XACT para fortalecer sua oferta de Service Desk. Em março de 2019, a Companhia alienou a totalidade das suas ações nesse investimento pelo valor de R\$151, apurando nessa data, uma perda de R\$249, registrada no resultado do exercício.

## **11. Investimentos--Continuação**

### **d) Novos investimentos**

A Workfacilit Soluções Digitais Ltda. ("Workfacilit") foi constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, que é focada em soluções lego para canais de atendimento e ferramentas de controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$255 foi realizada em 24 de janeiro de 2020, e representa 51% de participação na nova empresa.

A Inspeon Soluções Digitais Ltda. ("Inspeon") foi constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software desenvolvida para controle de atividades de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo, ordem de serviço e relacionamento com clientes. A Companhia possui 60% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$300.

## 12. Imobilizado

	Controladora								
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos	Imobilizado em andamento	Beneficiarias em imóvel de terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2018									
Saldo inicial	3.359	97	502	1.524	822	118	-	1.167	7.589
Aquisições	284	-	2	2.410	-	-	323	81	3.100
Baixas do custo	(703)	-	(62)	(699)	(100)	-	-	(216)	(1.780)
Baixas da depreciação	395	-	57	682	97	-	-	213	1.444
Depreciação	(533)	(9)	(126)	(1.020)	(70)	(73)	-	(745)	(2.576)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	6.650	138	1.344	19.953	1.106	481	323	6.404	36.399
Depreciação acumulada	(3.848)	(50)	(971)	(17.056)	(357)	(436)	-	(5.904)	(28.622)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
Em 1º de janeiro de 2019									
Saldo inicial	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
Aquisições	634	9	-	1.106	5	-	5.273	6	7.033
Baixas do custo	(261)	-	(84)	(2.051)	-	-	(15)	(2)	(2.413)
Baixas da depreciação	163	-	77	2.042	-	-	-	-	2.282
Transferência	182	-	-	3.834	85	-	(4.902)	801	-
Depreciação	(511)	(9)	(112)	(2.229)	(70)	(40)	-	(325)	(3.296)
Saldo contábil, líquido	3.009	88	254	5.599	769	5	679	980	11.383
Em 31 de dezembro de 2019									
Custo	7.205	147	1.260	22.842	1.196	481	679	7.209	41.019
Depreciação acumulada	(4.196)	(59)	(1.006)	(17.243)	(427)	(476)	-	(6.229)	(29.636)
Saldo contábil, líquido	3.009	88	254	5.599	769	5	679	980	11.383
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5	-	5	

## 12. Imobilizado--Continuação

Consolidado									
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos	Imobilizado em andamento	Beneficiarias em imóvel de terceiros	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>									
Saldo inicial	3.359	97	502	1.524	822	118	-	1.167	7.589
Aquisições	284	-	2	2.410	-	-	323	81	3.100
Baixas do custo	(703)	-	(62)	(699)	(100)	-	-	(216)	(1.780)
Baixas da depreciação	395	-	57	682	97	-	-	213	1.444
Depreciação/amortização	(533)	(9)	(126)	(1.020)	(70)	(73)	-	(745)	(2.576)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>									
Custo	6.650	138	1.344	20.053	1.106	481	323	6.404	36.499
Depreciação acumulada	(3.848)	(50)	(971)	(17.156)	(357)	(436)	-	(5.904)	(28.722)
Saldo contábil, líquido	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>									
Saldo inicial	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
Aquisições	661	9	-	1.136	5	-	5.273	6	7.090
Baixas do custo	(261)	-	(84)	(2.051)	-	-	(15)	(2)	(2.413)
Baixas da depreciação	163	-	77	2.042	-	-	-	-	2.282
Transferência	182	-	-	3.834	85	-	(4.902)	801	-
Depreciação/amortização	(511)	(9)	(112)	(2.234)	(70)	(40)	-	(325)	(3.301)
Saldo contábil, líquido	3.036	88	254	5.624	769	5	679	980	11.435
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>									
Custo	7.232	147	1.260	22.972	1.196	481	679	7.209	41.176
Depreciação acumulada	(4.196)	(59)	(1.006)	(17.348)	(427)	(476)	-	(6.228)	(29.741)
Saldo contábil, líquido	3.036	88	254	5.624	769	5	679	980	11.435
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5	-	5	

## 12. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável e ativos em estado ocioso. A Companhia não possui ativos com titularidade restrita ou oferecidos como garantia de obrigações.

Existem ativos líquidos de depreciação no montante de R\$3.878 (R\$2.053 em 31 de dezembro de 2018) obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de três anos (vide Nota 15).

## 13. Intangível

	Controladora			
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>				
Saldo inicial	375	2.042	2	2.419
Adição	480	51	-	531
Transferências	(491)	491	-	-
Amortização	-	(1.470)	-	(1.470)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	1.480
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Custo	364	11.099	2	11.465
Amortização acumulada	-	(9.985)	-	(9.985)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	1.480
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>				
Saldo inicial	364	1.114	2	1.480
Adição	861	209	-	1.070
Transferências	199	(199)	-	-
Amortização	-	(606)	-	(606)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	1.944
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Custo	1.424	11.115	2	12.535
Amortização acumulada	-	(10.591)	-	(10.591)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	1.944
<b>Taxas anuais de amortização (%)</b>		33,3		

### 13. Intangível--Continuação

	Consolidado				
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Ágio (*)	Outros
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>					
Saldo inicial	375	2.042	2	4.007	42
Adição	480	51	-	-	-
Variação cambial acumulada	-	-	-	693	-
Transferências	(491)	491	-	-	-
Amortização	-	(1.470)	-	-	(10)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	4.700	32
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Custo	364	11.099	2	2.852	73
Variação cambial acumulada	-	-	-	2.539	10
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-
Amortização acumulada	-	(9.985)	-	-	(51)
Saldo contábil, líquido	364	1.114	2	4.700	32
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>					
Saldo inicial	364	1.114	2	4.700	32
Adição	861	209	-	-	-
Transferências	199	(199)	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	190	-
Amortização	-	(606)	-	-	(11)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	4.890	21
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>					
Custo	1.424	11.115	2	2.852	73
Variação cambial acumulada	-	-	-	2.729	10
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-
Amortização acumulada	-	(10.591)	-	-	(62)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	4.890	21
Taxas anuais de amortização (%)		33,3			13,3

(\*) Refere-se ao ágio pago pela aquisição de 80% da ThinkInternational, LLC pela BRQ IT Services, Inc., no valor total de US\$2.400.000.

Os intangíveis foram totalmente depreciados, tais intangíveis foram obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de três anos (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2019 as iniciativas de desenvolvimento de software concentram-se em uma solução voltada para a melhoria na gestão dos processos internos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

## 14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Itaú	2,43% a.a + 100% CDI	<b>9.324</b>	15.016	<b>9.324</b>	15.016
(-) Custo de transação		<b>(69)</b>	(250)	<b>(69)</b>	(250)
Santander	Labor + 2,25% a.a	-	-	<b>1.169</b>	1.124
		<b>9.255</b>	14.766	<b>10.424</b>	15.890
<b>Circulante</b>		<b>7.827</b>	5.549	<b>8.996</b>	6.673
<b>Não circulante</b>		<b>1.428</b>	9.217	<b>1.428</b>	9.217

A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

O recurso obtido junto ao Banco Itaú no valor total de R\$15.000 terá pagamento mensal de juros e principal após três meses de carência, o vencimento da primeira parcela ocorreu em 7 de fevereiro de 2019. O recurso obtido tem como finalidade capital de giro.

A movimentação do empréstimo está demonstrado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	<b>14.766</b>	-	<b>15.890</b>	959
Ingressos	-	15.000	-	15.000
(-) Custo de captação	-	(253)	-	(253)
Encargos	<b>1.245</b>	19	<b>1.297</b>	65
Variação cambial	-	-	<b>45</b>	165
Amortizações e pagamentos de juros	<b>(6.756)</b>	-	<b>(6.808)</b>	(46)
Saldo final	<b>9.255</b>	14.766	<b>10.424</b>	15.890

A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas financeiras restritivas (*covenants*).

## 15. Arrendamento mercantil

	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado		Itens
		2019	2018	
Santander Leasing S.A.	0,94% a 1,22% a.m.	<b>2.044</b>	1.066	Equipamento informática
Bradesco Leasing S.A.	1,02% a 1,19% a.m.	<b>1.466</b>	969	Equipamento informática
Safra Leasing S.A.	0,99% a.m.	<b>551</b>	-	Equipamento informática
		<b>4.061</b>	2.035	
Circulante		<b>1.881</b>	826	
Não circulante		<b>2.180</b>	1.209	

Os financiamentos por arrendamento mercantil possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	2019	2018	2019	2018
Até um ano	<b>1.881</b>	826	<b>2.101</b>	944
Acima de um ano e até dois anos	<b>1.568</b>	752	<b>1.747</b>	854
Acima de dois anos e até cinco anos	<b>612</b>	457	<b>658</b>	508
	<b>4.061</b>	2.035	<b>4.506</b>	2.306

A movimentação dos financiamentos por arrendamento mercantil da Companhia é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	<b>2.035</b>	604
Ingressos	<b>3.345</b>	1.883
Encargos	<b>180</b>	85
Amortizações e pagamentos de juros	<b>(1.499)</b>	(537)
Saldo final	<b>4.061</b>	2.035

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui ativos, líquidos de depreciação e amortização, no montante de R\$3.880 (R\$2.053 em 31 de dezembro de 2018) obtidos por meio de contratos de arrendamentos mercantis financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de três anos, com cláusulas de opção de compra ao final do período. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia (valor residual no encerramento do exercício).



## 15. Arrendamento mercantil--Continuação

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Equipamentos de informática	3.878	2.021
Veículos	2	32
	<b>3.880</b>	<b>2.053</b>

## 16. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
IRRF a recolher	3.919	3.306
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	2.154	1.351
ISS a recolher	1.443	1.135
IRPJ a pagar	321	-
Outros impostos e contribuições a recolher	17	24
	<b>7.854</b>	<b>5.816</b>

## 17. Passivos de arrendamento

A Companhia possui o valor de R\$4.831 registrado como passivos de arrendamento, sendo R\$1.711 no circulante e R\$3.120 no não circulante.

Os passivos de arrendamento possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor nominal
	2019	2019
Até um ano	1.711	2.000
Acima de um ano e até dois anos	1.244	1.424
Acima de dois anos e até cinco anos	1.876	1.980
	<b>4.831</b>	<b>5.404</b>

## 17. Passivos de arrendamento--Continuação

A movimentação dos passivos de arrendamento da Companhia é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Adição	6.570
Encargos	384
Pagamentos	(2.123)
Saldo final	4.831

A Companhia determinou as suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro que, nesse caso, foi a CDI aplicada a um *spread* para os prazos de cada um dos contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas e os prazos dos contratos:

	Controladora e Consolidado						
	Valor mensal	Reajuste	Taxa	Data do fim do contrato	Taxa de desconto CDI x Pre	VPL	Total
Curitiba	20	Anual	IGP-M	28/02/2022	5,27%	497	534
Barueri	27	Anual	IGP-M	01/12/2020	4,41%	320	328
Rio de Janeiro - 2º andar	14	Anual	IGP-M	31/10/2020	4,35%	142	144
Rio de Janeiro - 4º andar	20	Anual	IGP-M	31/05/2020	4,18%	100	101
São Paulo - 9º andar	54	Anual	IGP-M	30/06/2023	5,88%	2.185	2.452
São Paulo - 6º andar	47	Anual	IGP-M	11/11/2022	5,63%	1.587	1.747
<b>Total</b>						<b>4.831</b>	<b>5.306</b>

## 18. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes da apuração do Imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	42.819	34.981
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota	14.558	11.894
Adições/(exclusões) permanentes	(435)	(316)
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	(251)	(30)
Diferença adicional de 10% de imposto de renda	(24)	24
Imposto de renda e contribuição social a alíquota efetiva	13.848	11.572
Corrente	13.949	9.282
Diferido	(101)	2.290
Imposto de renda e contribuição social como apresentados no resultado do exercício	13.848	11.572
Alíquota efetiva	32%	33%

A controlada direta BRQ IT Services Inc. e a controlada indireta ThinkInternational LLC, Inc. estão sediadas nos Estados Unidos e sujeitas à tributação local. A Think International LLC não paga impostos sobre a renda; tal responsabilidade da BRQ IT Services Inc. que está sujeita à tributação do município de Nova York.

## 19. Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas e tributárias.

## 19. Provisão para perdas com causas judiciais--Continuação

A administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Trabalhistas	<b>2.395</b>	1.530

### Movimentação da provisão

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldos no início do exercício	<b>1.530</b>	972
Constituição	<b>3.095</b>	2.820
Reversão de provisão	<b>(2.230)</b>	(2.262)
Saldos no final do período	<b>2.395</b>	1.530

Adicionalmente, a Companhia é parte em ações tributárias e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda para os quais não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. Os valores envolvidos nessas ações são os seguintes:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Tributárias	<b>108.818</b>	102.821
Trabalhistas	<b>7.237</b>	6.062
	<b>116.055</b>	108.883

## 19. Provisão para perdas com causas judiciais--Continuação

### a) Tributárias

#### a.1) *Recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (Programa de Participação nos Resultados)*

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (programa de participação nos resultados) referente ao ano de 2011. A avaliação da administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia e o montante envolvido é de R\$43.927 (R\$42.978 em 31 de dezembro de 2018).

#### a.2) *Auto de infração - recolhimento de ISS*

Em 28 de agosto de 2015, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro em face do suposto não recolhimento do ISS. A avaliação da Administração com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia e o montante envolvido é de R\$63.606 (R\$58.618 em 31 de dezembro de 2018).

### b) Trabalhistas

A Companhia mantém provisão para determinados processos e com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o valor total de R\$7.237 em 31 de dezembro de 2019 são de perda possível (R\$6.062 em 31 de dezembro de 2018).

## 20. Receitas diferidas

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Faturamento antecipado (i)	<b>13.270</b>	10.965
Comissões antecipadas (ii)	<b>1.600</b>	2.000
	<b>14.870</b>	12.965
Circulante	<b>13.670</b>	11.365
Não circulante	<b>1.200</b>	1.600

- (i) O montante registrado em "Faturamento antecipado" refere-se a valores já faturados, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício; à medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica
- (ii) Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu o valor de R\$2.000 como comissão decorrente do contrato de fidelização de operações bancárias com os funcionários pertencentes à sua folha de pagamento, pelo período de 5 (cinco) anos; mensalmente são registrados no resultado a parcela referente 1/60 do montante total.

## 21. Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social autorizado é de 141.163.000 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de de R\$54.849 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está representado pelas seguintes quantidades de ações, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional:

## 21. Patrimônio líquido--Continuação

### Capital social--Continuação

a) *Em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Acionistas	2019		2018	
	Ações nominativas	% participação	Ações nominativas	% participação
Netstrategy Participações Ltda.	94.999.905	72,67%	94.999.905	72,67%
BNDESPAR Participações S.A.	29.870.100	22,85%	29.870.100	22,85%
Benjamin Ribeiro Quadros	4.999.995	3,82%	4.999.995	3,82%
Aquisição por funcionários	710.992	0,54%	87.439	0,07%
	130.580.992	99,88%	129.957.439	99,41%
Ações em tesouraria	143.706	0,11%	767.259	0,59%
Total	130.724.698	99,99%	130.724.698	100,00%

Cada ação ordinária isoladamente dá direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Em 27 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia autorizou o aumento de capital para R\$55.915, com emissão de 2.461.385 novas ações, que foram subscritas em 22 de janeiro de 2020.

### Ações em tesouraria

Em fevereiro e setembro de 2019, a Companhia efetuou a venda de 558.336 e 65.217, ações ordinárias, as ações remanescentes permanecerão em tesouraria e poderão, no futuro, ser entregues a outros beneficiários do plano de opção de ações.

### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado quando do encerramento de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

## **21. Patrimônio líquido--Continuação**

### Reserva de retenção de lucros

É constituída, de acordo com o artigo 196 da Lei nº 11.638/07, para atender às necessidades de recursos adicionais para fazer frente ao plano de investimentos proposto, quando do encerramento de cada exercício social.

### Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, quando do encerramento de cada exercício social.

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R\$20.642 estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, e portanto, não foram reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2019.

### Adiantamento para futuro aumento de capital

Em dezembro de 2019, beneficiários do plano de *stock options* da Companhia, exerceram seus direitos de conversão da opção, no montante total de R\$1.066. A Companhia procedeu com a emissão de novas ações, que foram subscritas em 22 de janeiro de 2020, portanto, o valor em questão foi contabilizado como adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2019.

### Ajustes acumulados de conversão

A variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior têm sido reconhecida em ajustes acumulados de conversão.

### Plano de opção de compra de ações

O plano de opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia cedido ao funcionário beneficiário do programa a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período ou prazo de exercício.



## 21. Patrimônio líquido--Continuação

### Plano de opção de compra de ações--Continuação

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. No plano, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. O beneficiário do plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de uma das datas de maturação (*vesting date*) do Plano.

No dia 2 de setembro de 2011 foi registrado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a deliberação que aprovou o "Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe B". Em ata de AGE realizada em 13 de julho de 2012 foi deliberada a aprovação de alteração de quantidade de ações Preferenciais classe B para a execução do plano de opções que passaram a corresponder a 8% do Capital Social da Companhia. Em 29 de abril de 2015, em função da aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias foi deliberado, através de ata de AGE, a alteração do regulamento do plano que passou a figurar como "Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias".

O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Quant. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Período de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
13/11/2018	554.348	0,43	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
<b>Total</b>	<u>9.380.862</u>				

## 21. Patrimônio líquido--Continuação

### Plano de opção de compra de ações--Continuação

As ações exercidas podem ser vendidas a terceiros se estas passarem a ser negociadas em bolsa. Antes disso, o participante poderá vender suas ações para a Companhia pelo seu valor patrimonial apurado no último exercício e corrigido pelo IPCA. O participante possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional à participação societária detida e tem dever de venda conjunta (*drag along*), nesse caso, a Companhia pode exigir a venda da posição detida pelo participante.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas:

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%
Outorga 2018	0,21	25,3%	5,2%

(\*) Baseado no cupom de IPCA.

No exercício corrente, não houve emissão de novas ações.

Os custos de remuneração provenientes do Plano tem como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do "Plano", calculado na data da outorga, registrado durante o exercício de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

## 22. Receitas líquidas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas e serviços prestados	<b>430.648</b>	368.281	<b>464.380</b>	396.724
PIS e COFINS	<b>(15.642)</b>	(13.401)	<b>(15.642)</b>	(13.401)
ISS	<b>(19.136)</b>	(9.197)	<b>(19.136)</b>	(9.197)
INSS sobre receita	<b>(19.136)</b>	(16.411)	<b>(19.136)</b>	(16.411)
	<b>384.382</b>	329.272	<b>418.114</b>	357.715

## 23. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Com pessoal	<b>(253.884)</b>	(229.764)	<b>(270.093)</b>	(242.450)
Com licenças e serviços de suporte técnico	<b>(4.317)</b>	(6.533)	<b>(4.317)</b>	(6.533)
Com terceiros	<b>(2.422)</b>	(2.376)	<b>(7.753)</b>	(8.721)
Com importação	<b>(2.847)</b>	(2.282)	<b>(2.847)</b>	(2.282)
Depreciação e amortização	<b>(1.544)</b>	(548)	<b>(1.544)</b>	(548)
Outros	<b>(1.565)</b>	(1.402)	<b>(1.565)</b>	(1.402)
	<b>(266.579)</b>	(242.905)	<b>(288.119)</b>	(261.936)

## 24. (Despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Com pessoal	(61.487)	(37.876)	(67.099)	(42.222)
Serviços com terceiros	(3.753)	(5.175)	(4.829)	(5.972)
Aluguéis e condomínios	(999)	(3.222)	(1.147)	(3.357)
Depreciação e amortização	(4.435)	(3.498)	(4.451)	(3.508)
Comunicações	(629)	(449)	(629)	(449)
Energia elétrica	(558)	(607)	(558)	(607)
Outras despesas administrativas	(4.028)	(2.186)	(5.345)	(3.356)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(75.889)</b>	<b>(53.013)</b>	<b>(84.058)</b>	<b>(59.471)</b>
Impostos e taxas	(1.696)	(577)	(1.696)	(1.236)
Contribuições sindicais/associação classe	(320)	(283)	(320)	(283)
IPTU	(135)	(144)	(135)	(144)
<b>Despesas tributárias</b>	<b>(2.151)</b>	<b>(1.004)</b>	<b>(2.151)</b>	<b>(1.663)</b>
Resultado na venda de imobilizado	(79)	(275)	(79)	(275)
Outras receitas (despesas) operacionais	891	524	891	524
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>812</b>	<b>249</b>	<b>812</b>	<b>249</b>
<b>Total</b>	<b>(77.228)</b>	<b>(53.768)</b>	<b>(85.397)</b>	<b>(60.885)</b>

## 25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita sobre aplicações financeiras	2.662	1.893	2.662	1.893
Juros e atualização monetária	710	915	710	915
Outras receitas financeiras	74	83	74	83
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.446</b>	<b>2.891</b>	<b>3.446</b>	<b>2.891</b>
Juros	(3.049)	(1.735)	(3.101)	(1.781)
IOF	(124)	(35)	(124)	(35)
Despesas bancárias	(123)	(160)	(142)	(177)
Outras despesas financeiras	(122)	(192)	(122)	(192)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(3.418)</b>	<b>(2.122)</b>	<b>(3.489)</b>	<b>(2.185)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>	<b>769</b>	<b>(43)</b>	<b>706</b>

## 26. Instrumentos financeiros

### 26.1. Instrumentos financeiros

#### 26.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, portanto, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### 26.1.2. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Nível 2</b>		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	<b>64.437</b>	59.763
	<b>64.307</b>	59.763

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

*Nível 1* - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

*Nível 2* - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

*Nível 3* - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## **26. Instrumentos financeiros--Continuação**

### **26.1. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **26.1.2. Hierarquia do valor justo--Continuação**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

### **26.2. Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### **a) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto e gerenciamento ativo da inadimplência. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

No que tange às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, e/ou avaliadas por agências de *rating* (avaliadas com baixo risco), utilizando-se exclusivamente de instrumentos financeiros e fundos de investimento classificados como de baixo risco.

## **26. Instrumentos financeiros--Continuação**

### **26.2. Gerenciamento de riscos--Continuação**

#### **b) Risco de liquidez**

O Grupo monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### **c) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

## **26. Instrumentos financeiros--Continuação**

### **26.2. Gerenciamento de riscos--Continuação**

#### **c) Risco de mercado--Continuação**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; a fim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio. A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

#### **d) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, a fim de apoiar os negócios, e maximizar o valor do acionista. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

#### **e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2019, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP, para os empréstimos com partes relacionadas, junto ao BNDES e CDI para empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos, foram definidos três cenários diferentes; com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos ("DEPEC") do Bradesco, foi obtida a projeção do CDI e TJPL para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.



## 26. Instrumentos financeiros--Continuação

### 26.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJPL em cada cenário.

Controladora e Consolidado							
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2019	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	64.437	1.783	2.139	2.674	3.343	4.011
Impacto líquido		-	1.783	2.139	2.674	3.343	4.011
Empréstimos - partes relacionadas	TJLP	7.886	(275)	(330)	(412)	(515)	(618)
Empréstimos e financiamentos	CDI	9.255	(256)	(307)	(384)	(480)	(576)
Impacto líquido		-	(275)	(330)	(412)	(515)	(618)
Taxas consideradas	CDI	-	2,77%	3,32%	4,15%	5,19%	6,23%
Taxas consideradas	TJLP	-	3,48%	4,18%	5,22%	6,53%	7,84%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

## 27. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

## 27. Resultado por ação--Continuação

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo demonstra o cálculo do resultado por ação básico e diluído da controladora.

	<b>Básico</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro atribuível aos acionistas da controladora	<b>28.971</b>	23.409
<b>Lucro básico por ação:</b>		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	<b>28.971</b>	23.409
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	<b>130.581</b>	130.581
Lucro por ação	<b>0,2219</b>	0,1793
	<b>Diluído</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro atribuível aos acionistas da controladora	<b>28.971</b>	23.409
<b>Lucro diluído por ação:</b>		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	<b>28.971</b>	23.409
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	<b>130.725</b>	130.725
Lucro diluído por ação	<b>0,2216</b>	0,1791

## 28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$2.500 - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia, bem como seus funcionários, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes dos serviços prestados em locais de terceiros.

## 28. Cobertura de seguros—Continuação

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$10.000 - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração ou de qualquer outro órgão regulador competente.

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$23.275 - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos e riscos comerciais relativos aos escritórios da Companhia.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

## 29. Transações que não afetam o caixa

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aquisição de equipamentos de informática - <i>leasing</i>	3.345	1.883	3.345	1.883
Variação cambial sobre investimento no exterior	597	1.787	-	-
	3.942	3.670	3.345	1.883

### 30. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora					
	Em 1º de janeiro de 2018	Novos empréstimos	Principal pago	Juros pagos	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2018
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	275	1.312	(253)	(83)	57	634
Empréstimos partes relacionadas	6.818	-	(5.333)	(1.028)	1.171	6.546
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	329	-	-	-	-	1.003
Empréstimos partes relacionadas	14.219	-	-	-	-	9.301
<b>Total</b>	<b>21.641</b>	<b>1.312</b>	<b>(5.586)</b>	<b>(1.111)</b>	<b>1.228</b>	<b>17.484</b>
<b>Consolidado</b>						
	Em 1º de janeiro de 2018	Novos empréstimos	Principal pago	Juros pagos	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2018
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	959	-	-	(33)	33	1.161
Arrendamento mercantil	275	1.312	(253)	(83)	57	634
Empréstimos partes relacionadas	6.818	-	(5.333)	(1.028)	1.171	6.546
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	329	-	-	-	-	1.003
Empréstimos partes relacionadas	14.219	-	-	-	-	9.301
<b>Total</b>	<b>22.600</b>	<b>1.312</b>	<b>(5.586)</b>	<b>(1.144)</b>	<b>1.261</b>	<b>18.645</b>

### 30. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento--Continuação

Controladora							
	Em 1º de janeiro de 2019	Novos empréstimos	Principal pago	Juros pagos	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	5.549	-	(5.712)	(1.096)	1.245	-	7.827
Arrendamento mercantil	826	3.345	(1.319)	(180)	180	-	1.881
Empréstimos partes relacionadas	6.008	-	(6.164)	(1.153)	1.171	-	4.676
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	9.217	-	-	-	-	-	1.428
Arrendamento mercantil	1.209	-	-	-	-	-	2.180
Empréstimos partes relacionadas	8.024	-	-	-	-	-	3.210
<b>Total</b>	<b>30.833</b>	<b>3.345</b>	<b>(13.195)</b>	<b>(2.377)</b>	<b>2.596</b>	<b>-</b>	<b>21.202</b>
<b>Consolidado</b>							
	Em 1º de janeiro de 2019	Novos empréstimos	Principal pago	Juros pagos	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	6.673	-	(5.712)	(1.096)	1.245	45	8.996
Arrendamento mercantil	826	3.345	(1.319)	(180)	180	-	1.881
Empréstimos partes relacionadas	6.008	-	(6.164)	(1.153)	1.171	-	4.676
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	9.217	-	-	-	-	-	1.428
Arrendamento mercantil	1.209	-	-	-	-	-	2.180
Empréstimos partes relacionadas	8.024	-	-	-	-	-	3.210
<b>Total</b>	<b>31.957</b>	<b>3.345</b>	<b>(13.195)</b>	<b>(2.429)</b>	<b>2.596</b>	<b>45</b>	<b>22.371</b>

(\*) Segregação entre circulante e não circulante.